

# A inserção de temáticas transversais e o ensino de Geografia em tempos de polarização ideológica: em foco a Rede Estadual de Educação de Goiás

*Marcos Pedro da Silva*<sup>1</sup>

*Miriam Aparecida Bueno*<sup>2</sup>

*Lana de Souza Cavalcanti*<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente artigo está inserido no contexto sociopolítico e educacional de temáticas consideradas “polêmicas”, em tempos de polarização ideológica. Objetiva analisar a inserção de temáticas transversais nos currículos, no âmbito da Rede Estadual de Educação de Goiás, com foco no movimento de abordagem dessas temáticas, a partir das orientações da Secretaria de Estado da Educação de Goiás – Seduc, considerando o contexto pandêmico. Para o desenvolvimento deste estudo optou-se por uma pesquisa qualitativa, valendo-se de fontes bibliográficas, documentais com a utilização de dados oficiais. A análise e discussão ocorreram a partir de duas temáticas no âmbito da rede e, especificamente com olhar voltado ao ensino de Geografia. Considerou, ao fim, que as temáticas transversais sempre foram adotadas na Rede Estadual de Educação de Goiás, a partir dos documentos mandatários em um movimento de ações, que sinalizam para uma maior efetividade, sem entrar na seara da polarização do debate, fazendo o papel que lhe cabe, por meio das orientações pedagógicas. Isso não se evidenciou de forma evidente na materialização do componente curricular de Geografia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Ensino. Formação. Geografia. Cidadania.

---

<sup>1</sup>Mestre em Ecologia e Produção Sustentável pela Universidade Católica de Goiás. Goiânia, Goiás, Brasil. Doutorando da Universidade de Goiás – PPGeo/IESA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2084-9234>. E-mail: [marcos.prof.geoambiental@gmail.com](mailto:marcos.prof.geoambiental@gmail.com).

<sup>2</sup>Pós-Doutora pela Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, Brasil. Profa da Universidade de Goiás – PPGeo/IESA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0927-5639>. E-mail: [miriam\\_bueno@ufg.br](mailto:miriam_bueno@ufg.br).

<sup>3</sup>Pós-Doutora pela Universidade Complutense de Madrid/Espanha. Madrid, Espanha. Profa da Universidade de Goiás – PPGeo/IESA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9463-2663>. E-mail: [lane@ufg.br](mailto:lane@ufg.br).

*The insertion of transversal themes and the teaching of Geography in times of ideological polarization: in focus the State Education Network of Goiás*

**ABSTRACT**

This article is inserted in the socio-political and educational context of themes considered "controversial", in times of ideological polarization. It aims to analyze the insertion of transversal themes in the curricula, within the scope of the Goiás State Education Network, focusing on the movement of approaching these, based on the guidelines of the Goiás State Department of Education - Seduc. For the development of this study, qualitative research was chosen, using bibliographic, documental and official data sources. The analysis and discussion took place from two themes within the network and specifically with a view to the Teaching of Geography in Socioeducation. Finally, he considered that transversal themes have always been adopted in the State Education Network of Goiás, based on mandatory documents in a movement of actions, still punctual, but that signal an effectiveness, without entering and worrying about the field of polarization, playing the role that fits through the pedagogical guidelines. This was not evidenced more clearly in the materialization in the Geography component.

**KEYWORDS:** Education. Teaching. Training. Geography. Citizenship.

*La inserción de temas transversales y la enseñanza de la Geografía en tiempos de polarización ideológica: en foco la Red Estatal de Educación de Goiás*

**RESUMEN**

Este artículo se inserta en el contexto sociopolítico y educativo de temas considerados "controvertidos", en tiempos de polarización ideológica. Tiene como objetivo analizar la inserción de temas transversales en los currículos, en el ámbito de la Red de Educación del Estado de Goiás, con foco en el movimiento de abordaje de estos, a partir de las orientaciones de la Secretaría de Educación del Estado de Goiás - Seduc. Para el desarrollo de este estudio se optó por una investigación cualitativa, utilizando fuentes de datos bibliográficos, documentales y oficiales. El análisis y la discusión

se dieron a partir de dos ejes temáticos dentro de la red y específicamente con miras a la Enseñanza de la Geografía en la Socioeducación. Finalmente, consideró que los temas transversales siempre han sido adoptados en la Red Estatal de Educación de Goiás, a partir de documentos obligatorios en un movimiento de acciones, aún puntual, pero que señala una eficacia, sin entrar y preocuparse por el campo de la polarización, jugando el rol que se encuadra a través de las orientaciones pedagógicas. Esto no se evidenció con mayor claridad en la materialización en el componente de Geografía.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Enseñando. Capacitación. Geografía. Ciudadanía.

\* \* \*

## Introdução

No âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC) tem-se a Gerência de Programas e Projetos Intersetoriais e Socioeducação que está inserida na Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais da Subsecretaria de Governança Educacional. Essa Gerência é a responsável, desde agosto de 2019, por implantar as políticas públicas voltadas à escolarização no sistema socioeducativo, assim como, programas, projetos e ações intersetoriais relacionados à inserção de temáticas como: direitos humanos, sustentabilidade, diversidade, inclusão social e cidadania de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que sejam estudantes da Rede Pública Estadual de Educação. O enfoque é a ampliação das possibilidades de aprendizagens, a formação cognitiva para a vida e para o trabalho e a promoção de direitos, de uma educação integral, considerando a igualdade de oportunidades, o reconhecimento e a valorização do protagonismo, as diferenças e a diversidade dos estudantes (SEDUC, 2019).

A socioeducação no Brasil é disciplinada pela Lei nº 12.594, sancionada em 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas. Na Seduc, a socioeducação surge para atender

à referida Lei, como uma modalidade, vinculada à Educação de Jovens e Adultos, embora os registros de atendimento ao público de menor infrator sejam anteriores (SINASE, 2012).

Assim, em 2012, iniciou-se a parceria com a Secretaria Cidadã do Estado de Goiás para a oferta da escolarização na socioeducação, e em 2014 foi elaborada e aprovada a Proposta Política Pedagógica para Atendimento ao Adolescente Privado de Liberdade – na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA (Parecer CEE-CLN nº 1137-2014), para orientar a organização do trabalho pedagógico, com ênfase no desenvolvimento do currículo (SEDUC, 2019). É preciso ressaltar que programas e projetos eram anteriormente desenvolvidos por gerências e núcleos, com o objetivo de divulgar e promover a inclusão social, equidade, justiça e o bem-estar físico e mental da criança, do adolescente e do jovem, bem como disseminar a cultura de paz, o protagonismo juvenil e socioambiental nas Unidades Escolares da Rede Estadual (SEDUC, 2019).

Essa introdução tem o propósito de demonstrar que existe um caminho percorrido no sentido de trabalhar com a Socioeducação, como escolarização específica e com os Programas e Projetos Intersetoriais, como tentativa de promover a inclusão e a efetivação temáticas transversais na educação.

É de conhecimento que todos que atuam em processos de inclusão que a inserção de temáticas transversais que lidam com opiniões, posicionamentos e ideologias controversas, muitas vezes, não se efetiva na prática. Para evitar a polarização ou por defender uma ideologia, muitas vezes os gestores se omitem ou não dão a devida importância a essa questão, ainda que o ordenamento jurídico determine o trabalho nesta seara.

Com a finalidade de aprofundar como isso vem sendo discutido na Seduc-GO, realizamos uma análise de iniciativas de inserção de temáticas transversais na Secretaria Estadual de Educação e suas respectivas repercussões na materialidade do ensino de geografia na socioeducação, a partir de 2019, quando se observa o acirramento das polarizações ideológicas no Brasil.

O artigo se divide em três partes. Na primeira parte discutimos como a atuação do professor de Geografia lida com o silenciamento de muitos governantes e da classe hegemônica na implementação de políticas públicas do nosso país e estado, pois estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o lugar, território, região e paisagem do mundo em que se vive, abordando ações e lutas na sociedade em prol da cidadania. Assim, abordamos que os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) trouxeram perspectivas de modificações sem, no entanto, refletir sobre situações impostas aos jovens trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na segunda parte do texto abordamos a chamada “Escola Sem Partido”, formada por um coletivo de pais e estudantes que advogam pela neutralidade da escola e para os danos de possíveis influências ideológicas em sala de aula. Reafirmamos aí a importância do trabalho autônomo dos docentes e da escola e a necessidade de trabalhar temas significativos para os indivíduos e coletivos que participam da escola.

Em seguida, apontamos como essas temáticas são evidenciadas pela Seduc a partir de 2019, mesmo estando presente no cenário educativo desde o início dos anos 2.000. Para verificar a abrangência do alcance dessas questões sociopolíticas em sala de aula, optamos por centrar em três temáticas: a violência contra criança e adolescente, a violência contra mulher e, finalmente, o *Bullying/cyberbullying*. Engendramos a análise pelo processo de ensino de aprendizagem fundamento nos currículos de referências, na rede de ensino e na inserção dessas temáticas transversais com olhar para o ensino de geografia, no sistema socioeducativo.

### **A atuação do professor e os temas contemporâneos**

A sociedade atual passa por dilemas complexos e vivemos um momento multifacetado em pleno século XXI, em que, tanto a escola como o ensino de Geografia apresentam diversas contradições em suas múltiplas tarefas e desafios. De acordo com Cavalcanti (2019), essas múltiplas tarefas vão além das

ações educativas, avançando para a leitura de mundo e a interpretação do espaço geográfico. Certamente, a Geografia ensinada na educação básica tem sido alvo de sucessivos debates e reflexões a respeito do sistema nacional de ensino e o desafio de ensinar numa sociedade cada vez mais heterogênea e desigual.

Por certo, a educação é resultante de inúmeros desafios advindos de uma comunidade escolar que sempre lutou e luta para que o país tenha um sistema educacional mais igualitário e com acesso para todos. Esses desafios ampliaram-se no contexto vivido pela população mundial em tempos de pandemia da COVID-19, nos anos de 2020 e 2021, o que acentuou a dificuldade de a escola ensinar os conteúdos historicamente produzidos pela humanidade.

Entende-se que o momento tem sido utilizado pelo poder hegemônico para usufruir das oportunidades que a classe dominante possui em tempos de crise. Presencia-se as ações de cunho político na contramão dos interesses da população, desprovida de políticas públicas efetivas para diminuir as desigualdades sociais.

Assim, deve-se levar em consideração o que se tem presenciado no Brasil no período abarcado pela análise (2019/2022): a) a ausência de discussão coletiva e democrática sobre inúmeras demandas que necessitam de implantação e, em detrimento, a implementação de políticas públicas educacionais voltadas a uma educação padronizada e alicerçada em uma visão ultraconservadora. b) o esvaziamento de políticas anteriormente discutidas de forma mais democrática e coletiva, pautadas, por exemplo, no Plano Nacional de Educação. c) Uma escola sem direcionamento e entendimento sobre seu papel e sua forma de atuação. d) O silenciamento sobre temas relevantes para a discussão e debate nas salas de aula e a polarização política guiada por grupos que agem de forma extremista.

Hoje, presenciemos muitas políticas que foram efetivadas nas lutas realizadas pela sociedade civil ao longo dos anos e ações que não adentraram o espaço escolar, causando um retrocesso na emancipação do sujeito da aprendizagem. Muitas dessas implementações foram desconsideradas e, algumas anuladas, pelo silenciamento de muitos governantes e classes

hegemônicas do nosso país. As ações voltadas para o contexto da diversidade e para o atendimento de pequenos grupos minoritários, historicamente discriminados e excluídos, foram deixados para trás em determinados segmentos da sociedade.

Assim, conforme aponta Tardif (2010) a necessidade de estar atento a capacidade reflexiva e a produção dos saberes pedagógicos na educação básica, o que parece ser indispensável para a reconstituição do lugar da profissão docente. Logo, é necessário firmar o sentido de práxis pedagógica, para que o professor reafirme sua prática de pensar, de criar, de refazer a leitura do mundo que o cerca, do papel da escola e da educação.

Investir na formação docente, a partir da realidade vivenciada, com o intuito de realizar uma prática pedagógica mais crítica e reflexiva se mostra imprescindível. Para Tardif (2010, p. 56), “pode-se dizer que o trabalho modifica a identidade do trabalhador, pois trabalhar não é somente fazer alguma coisa, mas fazer alguma coisa de si mesmo consigo mesmo”. E esses processos de transformação do professor são processos dialéticos que compreendem o professor e suas reflexões pessoais.

De tal modo, cabe levantar algumas inquietações: Como estão circulando no espaço escolar os diversos temas a serem integrados ao currículo dos diferentes componentes curriculares visando atender às demandas dos sujeitos, seus direitos e deveres? Como trabalhar temas na escola que possam dirimir a discriminação e a exclusão? Como estão inseridos nas ações pedagógicas os componentes curriculares inerentes ao currículo da BNCC (2017)? As temáticas que provocam discussões polarizadas têm sido consideradas pelos professores na ampliação do debate no âmbito escolar?

São grandes os desafios dos professores e, em especial dos professores de Geografia. De acordo com Freire (1991, p. 7), “mudar é difícil, mas é possível e urgente”, o que pressupõe assumir desafios complexos que requerem expandir parcerias, realizar novas interlocuções e diálogos no campo educativo.

Entende-se que os chamados temas transversais não são uma proposta pedagógica nova no campo da educação. Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em dezembro de 2017, e na etapa do Ensino Médio, em dezembro de 2018, houve a ampliação do debate sobre tais temas que foram intitulados de Temas Contemporâneos Transversais (TCTs).

No documento, os TCTs propõem a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como sua conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para ampliar os objetos do conhecimento descritos na BNCC. Tais temas foram ampliados para quinze, distribuídos em seis macroáreas temáticas, com apresentado na imagem a seguir, *Figura 1*.

Tem-se um aumento significativo de temáticas transversais como pode ser observado na *Figura 1*.

**FIGURA 1:** TCTs na BNCC.



**Fonte:** [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia\\_pratico\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf).

De acordo com Pinto e Carneiro (2019), a Geografia como componente curricular passa a fazer parte do conjunto de conhecimento das

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, apresentando bastante contradição acerca das categorias conceituais do seu objeto de estudo. Os autores fazem perguntas bastante provocativas em relação ao futuro do Ensino de Geografia, com a promulgação da nova BNCC, entre elas: Para onde vai este ensino? E o conhecimento do espaço geográfico, a partir de suas categorias de análises: lugar, território, região e paisagem? Qual outra disciplina terá a autonomia para discuti-las?

Essas e outras preocupações de educadores têm gerado muitas reflexões e sem dúvida carecem de muitas discussões para se desconstruir ideias não adequadas que ainda permeiam o processo de ensino e de aprendizagem na escola da atualidade.

Assim, a educação é prioridade e direito de todos. O acesso a educação deve ocorrer independentemente de idade, gênero, raça, etnia ou classe social, como preconizado na Constituição Federal – CF/1988, em seu Art. 205,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.1).

Dessa forma, a educação é vista para o exercício da cidadania, e posteriormente, para a formação para o trabalho. É importante destacar que muitas vezes, em diversas circunstâncias, a formação para a cidadania fica relegada, em segundo plano. Essas situações impostas aos jovens trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos – EJA, por exemplo, acabam por limitar seu acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

Dessa forma, a educação pública brasileira desenvolveu-se e se desenvolve atrelada ao *modus operandi* das elites econômicas. Essa realidade é observada por Silva (2016), ao afirmar que o pensamento educacional

brasileiro, materializado nas práticas escolares, expressa a tendência liberal, tanto nas formas conservadora quanto renovada.

Sendo assim, a educação, e particularmente o ensino de Geografia, se apresentam como um campo complexo. Há disputas, contradições que marcam as trajetórias de pessoas em processo de exclusão e discriminação. Grande parte da sociedade fica alijada do direito de aprendizagem escolar e, assim, da cidadania.

Nesse contexto, o desafio dos professores de Geografia é propor atividades em que os educandos possam associar os saberes geográficos adquiridos ao longo da sua trajetória, articulando esses saberes com o conhecimento elaborado sobre o espaço geográfico. Urge também discutir temas que são relevantes no contexto social e que contribua para a construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida de toda a população.

Assim, os educadores têm o contínuo desafio de pensar estratégias para trabalhar temas controversos, o que esbarra em propostas mais tradicionais de que a escola deve ser ‘neutra’, ‘sem ideologia’ e ‘sem partido’.

### **Controvérsias sobre a chamada ‘Escola Sem Partido’**

Entende-se que a Escola Sem Partido (ESP) é assunto que pode ser apontado como fruto da intensa polarização política que se instalou no país ao longo da década. Entretanto, o tema começou a surgir bem antes de essa divisão se tornar tão evidente.

A Escola Sem Partido se dedica a catalogar possíveis provas dessa propaganda ideológica, incluindo materiais didáticos, vídeos de professores em sala de aula e testemunhos de pais e estudantes.

É importante destacar, que o movimento traz uma opinião conflitante à abordagem da educação sexual e ao ensino da chamada ideologia de gênero nas escolas, além de criticar posicionamentos que possam atentar à moral cristã, como uma ideologia que concretiza o humano como ser cristão.

Essa escola ganhou força nos anos recentes e tornou-se o Programa Escola Sem Partido (PESP). Destaca-se aqui, que o movimento Escola Sem Partido se apresenta como um coletivo de pais e estudantes preocupados com possíveis influências ideológicas sofridas por jovens em sala de aula, tornando-se posteriormente.

De acordo com Frigotto (2017),

A Escola sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra. Para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos seres idiotas manipulados. (FRIGOTTO, 2017, p. 29)

Dessa forma, torna-se preocupante constatar que uma das principais medidas sugeridas pela Escola Sem Partido é a obrigatoriedade da afixação de um cartaz em salas de aula do ensino fundamental e médio contendo seis diretrizes descritas como “Deveres do Professor”, dentre as quais, estão as que dispõem sobre as funções do professor:

- I – não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;
- II – não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- III – não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas (PESP, 2019, em seu Art. 4º. p. 2).

Para nós esses preceitos ferem o ideal de um ensino emancipatório, de uma educação voltada à prática da liberdade e estruturada para conceder autonomia de pensamento ao estudante. A Escola Sem Partido que aponta a doutrinação por parte da escola é sustentada pela ideia de retirada do pensamento crítico, da problematização e da possibilidade de se democratizar a escola. Tal proposta sustenta a ideia da postura neutra dos professores. Entende-se que essa imparcialidade se tornaria sinônimo de indiferença e de naturalização de desigualdades sociais. Diferentemente, acredita-se que a escola é um produto da sociedade e temas como igualdade de gênero e meio ambiente, por exemplo, não poderiam ficar fora dos debates, pois é uma realidade presente em diversos âmbitos da vida cotidiana.

Todas essas questões representam importantes temáticas para a educação nacional. Certamente, a atual conjuntura social requer maiores reflexões e define a importância da vida dos educandos, entendendo a relevância do papel de todos os sujeitos na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Nesse sentido, para que a Geografia exerça de fato seu papel, há necessidade de um professor que faça a mediação entre o conteúdo científico, o exercício da pesquisa e o tratamento de temas relevantes para a sociedade e para os estudantes. Para tanto, afirma-se aqui que a formação docente é um dos pilares de fundamental importância para o ensino da Geografia, principalmente, na contemporaneidade, marcada por desafios complexos. De acordo com Cavalcanti (2002, p.78) “instrumentalizar o cidadão para a compreensão do espaço tal como hoje ele está produzido é o papel da escola e da Geografia no ensino”.

### **Inserção de temáticas transversais no processo de ensino e aprendizagem da Rede Estadual de Educação de Goiás**

Nosso objetivo aqui é descrever como as temáticas transversais ligadas a questões polêmicas, de acordo com documentos oficiais, estão sendo inseridas nas escolas da Rede Estadual de Educação de Goiás. Como já foi

mencionado, a introdução de temáticas consideradas por muitos, polêmicas, passaram a integrar com mais evidência o trabalho da Seduc-GO desde 2005. Neste contexto, os programas e projetos, foram organizados em quatro eixos entre 2005 e 2015:

1 – **Ética e Cidadania na Educação:** Educação Fiscal, Rede Integrada de Segurança Pública-RIS, Projeto de Prevenção e Enfrentamento ao *Bullying* e *Cyberbullying*, Movimento Cidadania e Paz na Educação, Junior Achievement e Curso de Educação em Direitos Humanos; 2 – **Diversidade e Gênero na Educação:** Educação Sexual e A Cor da Cultura; 3 – **Saúde e Meio Ambiente na Educação:** Jornada Goiana de Prevenção ao uso de Drogas, Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, Programa Ser Livre, Escola sem Drogas, Programa Saúde na Escola, Curso de Prevenção ao Uso de Drogas, Campanhas de Vacinação, Projeto de Olho na Visão II, Projeto Boa Visão, Goiás Contra a Dengue, Projeto Compensar, Projeto Primavera do Cerrado; 4 – **Participação em Conselhos, Comitês, Grupos de Trabalhos e Fóruns.** Todas as ações, projetos e programas da Gerência de Programas Transversais eram executados pelas unidades educacionais de forma interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar de acordo com o contexto socioambiental, político, econômico e cultural de cada região. (SEDUC, 2019. p. 03)

Assim, nos anos de 2015 a 2018, os registros em relatórios dão conta que foram abordadas as seguintes temáticas formativas: *Direitos Humanos; Bullying e Cyberbullying; Diversidade e Gênero na Educação: Educação Sexual e A Cor da Cultura* (SEDUC, 2019). Mas não se pode afirmar que foi uma ação de rede, pois não foi possível abarcar todas escolas nas formações e ações. A partir de 2019, essas temáticas passaram a compor o Programa da Gerência de Programas e Projetos Intersetoriais e Socioeducação, no eixo -

*Direitos humanos, Diversidade e Cidadania*, sendo que para fim de efetivação houve a integração das Orientações Pedagógicas para toda a rede.

Entre as temáticas, foi elaborado o Projeto de Enfrentamento da Violência contra Criança e Adolescente, com enfoque no mês de maio, em que foi realizado um seminário para 100 profissionais com orientações sobre como a rede deveria trabalhar a temática. Em 2020, o projeto ganhou uma orientação mais robusta por meio de um documento orientador para atender a “Campanha Nacional 18 de Maio: Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes”. A Orientação Pedagógica nº 05/2020 (2020, p. 02) teve como objetivo “Abordar a temática e fortalecer, mobilizar, conscientizar e sensibilizar a atuação da comunidade escolar para participar na luta e enfrentamento da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, no âmbito da Rede Estadual de Educação”. Esse documento ressalta ainda:

[...] propomos trabalhar nesta quinzena podendo se estender no decorrer do ano 2020, pois o tema em questão requer, de todos, atenção quanto às vulnerabilidades de crianças e adolescentes em relação ao abuso e exploração sexual [...]. O documento orientador tem por objetivo abordar temática, fortalecer, mobilizar, conscientizar e sensibilizar a atuação da comunidade escolar para participar na luta e enfrentamento da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, no âmbito da Rede Estadual de Educação. Conta com uma metodologia explicativa e orientações estratégicas para o conhecimento e a participação dos professores. (Orientação Pedagógica nº 05/2020, 2020, p. 14)

Como metodologia, em tempo de Pandemia provocada pela Covid-19, a Seduc além de ofertar uma *Weblist* com repositório digital de conteúdos relacionados a temática, orientou o trabalho com tecnologias digitais, com o objetivo de promover a criatividade de estudantes e professores, incentivando a produção conjunta de produções/mídias: produção textual, audiovisual e

imagem, para os quais o documento trazia, orientação específica. O fato é que, de acordo com os dados, foram produzidas mais de 1500 produções pedagógicas (cartazes, vídeos e textos), trabalhos protagonizados pelos estudantes da Rede Estadual de Educação (SEDUC, 2020).

Fazendo uma análise das produções, foi possível identificar, a presença do trabalho pedagógico realizado pelos professores que atuam com os diversos componentes curriculares, com destaque para: Língua Portuguesa, Artes, Geografia, História e Ciência no Ensino Fundamental; No Ensino Médio, além destas, Biologia, Sociologia e Filosofia.

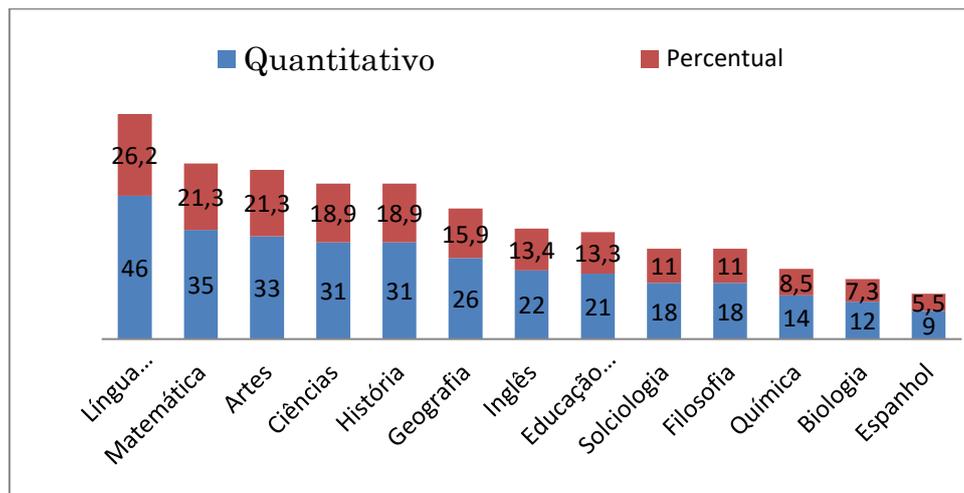
O destaque quanto à presença do trabalho pedagógico desenvolvido, por componente foi identificado na apresentação autoral das próprias produções pedagógicas. Em análise amostral de 10% dos trabalhos apresentados, identificamos que mais de 90% das produções textuais foram mediadas por professor de Língua Portuguesa. Em relação a produção de cartazes e vídeos, a maior incidência de trabalhos estava ligada às áreas de Ciências, Biologia e Artes.

No ano de 2021 a temática foi trabalhada novamente na rede, sendo que a partir da Orientação Pedagógica nº 05/2021, reconheceu-se a autonomia e iniciativa das escolas e dos professores que integraram a demanda. A Seduc-GO fez algumas proposições, sendo a principal “que as escolas valorizem e utilizem as mídias produzidas por nossos alunos em 2020” (SEDUC, 2021, anexo 11. p. 9).

Para tanto, a Secretaria encaminhou uma seleção de 120 mídias de 2020, avaliadas e consideradas relevantes para serem utilizadas no trabalho pedagógico no ano de 2021. Além disso, incentivou a realização de uma roda de conversa, tendo como atores principais os estudantes, professores e especialistas na temática. Para fomentar a participação e a discussão, a instituição enviou antecipadamente formulário *Google Forms* em que os professores podiam mandar questionamentos/perguntas provocativas para serem discutidas na roda de conversa.

O formulário serviu, em nossa análise, para observar a incidência do envolvimento dos profissionais por componente curricular, como pode ser verificado no Gráfico a seguir.

**GRÁFICO 1:** Componentes curriculares ministrados pelos professores que tiveram acesso e demonstraram interesses na temática “Violência Contra Criança e Adolescente 2020.



Fonte: Silva, 2022 – Dados extraídos de Seduc, 2020.

Os dados apontam que o interesse de professores de componentes curriculares da área de Ciências Humanas em responder ao questionário enviado pela Seduc foi menor que dos professores das áreas de Linguagens e Ciências da Natureza. Esperava-se que os componentes curriculares da área de humanas atingissem um percentual maior que artes, mas não foi o que se constatou, tão pouco a Geografia sobressaiu, entendendo que essa temática é bastante correlata ao foco do ensino de Geografia. Mas por outro lado, implica dizer que essa verificação também atende o princípio da transversalidade, inter e transdisciplinaridade da temática.

Outra temática que vem ganhando corpo e espaço no trabalho da Seduc, devido a relevância e a alta incidência de casos marcantes na sociedade, se refere à violência contra a mulher. Em 2019 a Seduc criou o Comitê Permanente para Questões da Mulher e da Diversidade e passou a promover a formação (figura 02) dos professores para atuarem com o Projeto

“Maria da Penha nas Escolas”. Esse foi um desdobramento do programa “Pacto Goiano pelo Fim da Violência contra a Mulher”, lançado pelo Governo de Goiás, por intermédio da SEDS, em 2019. O programa contou com um curso que já formou 417 profissionais, assim como realizou duas palestras *online*, que tiveram mais de 600 participações, e 2.300 visualizações no Canal do Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação da Seduc (SEDUC, 2021).

Nesse íterim, a Seduc promoveu a campanha “21 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, em parceria com o Conselho Estadual da Mulher (CONEM). A ação teve como finalidade arrecadar absorventes, sabonetes, creme e escova dental, para doar às mulheres, mães, meninas e estudantes em maior vulnerabilidade social e econômica das escolas. A ação previu também a integração da temática ao processo de ensino e aprendizagem por meio da orientação para o trabalho pedagógico com palestras, rodas de conversa, *lives*, entre outros. Os resultados foram satisfatórios na arrecadação e doação de centenas de kits, assim como do desenvolvimento de diversas ações pedagógicas nas escolas.

Contudo é pertinente atenuar que ações como essas precisam ser intensificadas. O levantamento realizado pela Seduc, por meio do Comitê para questões da Mulher e da diversidade, indicou que 15,5% dos profissionais não sabem como a comunidade lida com a violência contra a mulher, outros 37,7% não têm perceptibilidade e 1,5% não entende. Além disso, 53,7% dos participantes responderam que não conhecem as Leis que resguardam seus direitos (SEDUC, 2021).

Importante afirmar que está em continuidade todos os projetos assinalados anteriormente, com ampliação de ações previstas no Plano de Ação da Gerência de Programas e Projetos Intersetoriais e Socioeducação, incluindo a Formação “Goiás Sem Racismo” e a Formação de Direitos Humanos. A proposta é atingir 720 profissionais da educação em 2022.

Quando se volta à análise específica para o trabalho pedagógico, constata-se que as temáticas estão sendo inseridas no processo de ensino e de

aprendizagem, mesmos em um período de acirramento ideológico e polarização política.

No contexto da Socioeducação, por exemplo, de março de 2020 a junho de 2021, as aulas ocorrem de forma remota a partir do Rádio Escola, uma metodologia que teve como objetivo promover o acesso ao ensino escolar, uma vez que os estudantes em situação de privação de liberdade (internos) não possuíam acesso a rede de computadores (SEDUC, 2020).

Como os planejamentos e as atividades e seus respectivos áudios explicativos trabalhados com os estudantes, com autorização da Seduc, foi possível verificar que houve a inserção de temáticas como violência contra criança e adolescente; violência contra mulher nas escolas da socioeducação; *bullying* e *cyberbullying*. A análise apontou que todas as 06 unidades escolares abordaram as temáticas, de acordo com as orientações da Seduc. O trabalho ocorreu de forma mais evidente nos componentes de Língua Portuguesa e Artes. A área de Geografia abordou apenas a temática “violência contra mulher”, em uma escola. Tal fato evidencia a necessidade de se repensar a inserção dessas temáticas no contexto da Geografia Escolar, considerando o seu enorme potencial para contribuição na formação humana e na visão de mundo dos estudantes.

### **Considerações finais**

Neste estudo, constatou-se que as temáticas historicamente abordadas como temas transversais, contextualizadas e integradas ao currículo, estão presentes no trabalho pedagógico, de forma inter e transdisciplinar, a partir de orientações pedagógicas e dos esforços de articulação da Seduc-GO com as escolas.

Contudo, ainda se observa a necessidade de maior efetivação de ações concretas. Sem a devida orientação e acompanhamento do âmbito escolar, dificilmente essas temáticas serão abordadas, em escala de rede. Mesmo quando orientado, o trabalho pedagógico e a materialização das

propostas na escola ficam prejudicados, pois os professores e professoras se sentem inseguros para abordar certas temáticas, pois falta formação contínua para a referida tarefa.

Nesse sentido, entende-se que as redes precisam investir na formação continuada, fortalecimento das orientações e no acompanhamento pedagógico para efetivação dessas temáticas. Além disso a mensuração dos resultados do trabalho é importante. É necessário cuidar da finalidade de que o ambiente escolar é lugar de formação cognitiva pautada no desenvolvimento humano, considerando a dignidade, a equidade, a diversidade. A escola necessita tratar de temáticas importantes para vida em sociedade, sem nenhum tipo de preconceito.

Assim, o processo de formação de professores, bem como as orientações pedagógicas devem dedicar esforços para a maior inserção da abordagem dessas temáticas no âmbito da Ciências Humanas, buscando um diálogo com o ensino de Geografia, sobretudo, uma vez que é essa disciplina, no contexto escolar, pode ser trabalhada com os outros campos, de modo inter e transdisciplinar. Assim, a Geografia pode efetivamente contribuir com a formação cidadã, crítica e para a vida.

Mesmo em tempo de polarização ideológica, cabe aos profissionais da educação da Secretaria da Rede Estadual-GO continuar trabalhando no sentido de promover uma educação igualitária em prol da qualidade de ensino para todos os estudantes, proporcionando a formação para a autonomia e a criticidade.

## Referências

BRASIL. *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2019. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia\\_pratico\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf). Acesso em 10 maio 2022.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília-DF: CONANDA, 2006, 100 p.

- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. Lei nº 8.394 de *Diretrizes e bases da educação nacional*. 3ª edição, 2006.
- BRASIL. *Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 16 jun. 2020.
- BOLDRIN, L. C. F. *Cultura, Sociedade e Currículo - dimensões socioculturais do currículo*. *Ensino em Re-Vista*, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 7-25, jul. 1999/jun. 2000.
- CAVALCANTI, L. S. *Pensar pela Geografia: ensino e relevância social*. Goiânia: C&C Alfa Comunicações, 2019.
- CAVALCANTI, L. S. *Geografia e prática de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.
- FREIRE, P. *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais. Gerência de Programas e Projetos Intersetoriais e Socioeducação. *Programa da Gerência de Programas e Projetos Intersetoriais e Socioeducação. Goiânia -GO: SEUDC/GPPIS, 2019*.
- GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. *Doc. SEI - Orientação Pedagógica nº05/2020*. Goiânia-GO: SEUDC/SMTE/GPPIS, 2020.
- GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. *Proposta De Aulas Não Presenciais Por Meio Da Utilização Da Rádio Escola No Socioeducação*. SEUDC/SMTE/GPPIS, 2020.
- GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. *Documentação Pedagógica Sistematizada da Metodologia da Rádio Escola 2021*. SEUDC/SMTE/GPPIS, 2020.
- GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. *Documentação Pedagógica Sistematizada da Metodologia da Rádio Escola 2021*. SEUDC/SMTE/GPPIS, 2021.
- GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. *Doc. SEI - Orientação Pedagógica nº05/2021*. Goiânia-GO: SEUDC/SMTE/GPPIS, 2021.
- GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. *18 de maio: faça bonito! proteja nossas crianças e adolescentes*. Goiânia-GO: SEUDC/SMTE/GPPIS, 2021.
- GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. *Questionário para levantamento de demandas quanto a Violência Contra Mulher e os Mecanismos para Superação*. Goiânia-GO: SEUDC/GPPIS, 2021.

GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. *violência contra a mulher e os mecanismos para superação*. Disponível em: [https://youtube.com/playlist?list=PLguaX492eckeLw7VgkzTSrTAwC\\_YrG1ty](https://youtube.com/playlist?list=PLguaX492eckeLw7VgkzTSrTAwC_YrG1ty). Acesso em: 29/01/2022. Goiânia-GO: SEUDC/SMTE/CEPFOR/GPPIS, 2021.

GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. *Educação e Justiça: Lei Maria da Penha na Escola*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W4pn-ZplCIE>. Acesso em: 30/01/2022. Goiânia-GO: SEUDC/SMTE/CEPFOR/GPPIS, 2021.

GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. *Plano de Ação com cronograma para 2022*. SEUDC/SMTE/GPPIS, 2022.

PINTO, Francisco Ringostar e CARNEIRO Rosalvo Nobre; *O Ensino de Geografia no Século XXI: práticas e desafios do/no Ensino Médio*. Revista GeoInterações, Assú, v.3, n.2, p.3-22, jul./dez. 2019.

SILVA, Andréa Villela Mafra da. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro: *Revista Histedbr. On-line*, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 197-209, 5 jul. 2016. Trimestral.

SILVA, Marcos Pedro da. A escola é lugar promover educação, e não influenciar. *Tribuna do Planalto*. Goiânia, ano33, n. 1.713, 14 a 20 nov. 2021.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Recebido em dezembro de 2021.

Aprovado em maio de 2022.